



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1134>

Pode uma crença imoral ser epistemicamente racional? Purismo e infiltração moral

Can an immoral belief be epistemically rational? Purism and moral encroachment

Gustavo Oliva de Oliveira¹

Resumo

Entre as diversas maneiras de avaliar a racionalidade e adequação de crenças, a relação entre duas dimensões se destaca: a dimensão epistêmica e a dimensão moral. Uma crença é *epistemicamente racional* quando é devidamente apoiada pela evidência e é *moralmente adequada* quando sua formação e manutenção é sensível a características morais das situações relevantes. De acordo com a visão tradicional, conhecida na literatura como *purismo*, a dimensão moral não impacta diretamente a dimensão epistêmica. Entretanto, existe discussão na literatura sobre a existência de crenças imorais que parecem, à primeira vista, epistemicamente racionais. Estas crenças que possuem um aparente conflito normativo levantam o desafio que é explicar como diferentes tipos de normatividade (moral e epistêmica) se relacionam. Teorias não-tradicionais defendem que existe infiltração de padrões morais na racionalidade epistêmica. A infiltração moral é a visão de que fatores morais podem afetar o status epistêmico de uma crença, por exemplo, influenciando o limiar de evidência necessária para a crença racional. Esta ideia produz uma resposta natural ao desafio do conflito normativo: ele não existiria porque contextos morais tornam crenças imorais também epistemicamente irracionais, já que existe infiltração nos padrões evidenciais. Neste artigo, defenderei que crenças imorais não podem ser epistemicamente racionais, isto é, não pode existir conflito genuíno entre normatividade moral e epistêmica. Entretanto, isso não se deve ao fato de que existe infiltração moral na racionalidade epistêmica. Deve-se, sim, ao fato de que crenças imorais nunca respondem adequadamente à evidência. Elas são imorais porque insensíveis ao contexto moral e epistemicamente irracionais porque insensíveis à evidência disponível. Esta explicação é compatível com o purismo e, como é a opção teoricamente mais parcimoniosa, devemos adotar uma visão purista na epistemologia.

Palavras-chave: Infiltração moral. Purismo. Epistemologia analítica. Filosofia moral.

¹ Doutorando em Filosofia na Unisinos. Bolsista da Capes.

E-mail: gustavooliveira8@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1947-0323>

Abstract

Among the many ways to evaluate the rationality and adequacy of belief, the relationship between two dimensions is of particular interest: the epistemic dimension and the moral dimension. A belief is *epistemically rational* when it is supported by the evidence and it is *morally adequate* when its formation and holding is sensitive to moral features of the situation. According to the traditional view, known as *purism*, the moral domain does not directly impact the epistemic domain. However, there is debate in the literature about the existence of immoral beliefs that seem, at first sight, epistemically rational. These beliefs that contain apparent normative conflict raise the challenge of explaining how different forms of normativity are related. Non-traditional theories hold that there is an encroachment of moral factors in epistemic rationality. Moral encroachment is the view that moral features can affect the epistemic status of a belief, for example, influencing the threshold of sufficient evidence for rational belief. This idea produces a natural answer to the conflict problem: it wouldn't exist because moral contexts make immoral beliefs also epistemically irrational. In this paper, I'll argue that immoral beliefs can't be epistemically rational, so there is no conflict. This, however, is not due to moral encroachment. It happens because immoral beliefs are never actually supported by the evidence. They are immoral because they are insensitive to moral contexts *and* epistemically irrational because they are insensitive to available evidence. This account is compatible with purism and, since it is the most parsimonious theory, we should adopt purism.

Keywords: Moral encroachment. Purism. Analytical Epistemology. Moral Philosophy.

1 Introdução

Entre as diversas maneiras de avaliar a racionalidade e adequação de crenças, a relação entre duas dimensões se destaca: a dimensão epistêmica e a dimensão moral. Uma crença é *epistemicamente racional* quando é devidamente apoiada pela evidência e é *moralmente adequada* quando sua formação e manutenção é sensível a características morais das situações relevantes. De acordo com a visão tradicional, conhecida na literatura como *purismo*, as dimensões moral e pragmática não impactam diretamente a dimensão epistêmica. Entretanto, existe discussão na literatura (BASU, 2019, 2020; BASU; SCHROEDER, 2019) sobre a existência de crenças imorais que parecem, à primeira vista, epistemicamente racionais. Estas crenças que possuem conflito normativo levantam o desafio que é explicar como diferentes tipos de normatividade (moral e epistêmica) se relacionam. Considere, a título de ilustração, o caso trazido por Gendler (2011), em que um membro de um clube de elite forma a crença de que um homem é trabalhador do clube por causa

da cor de sua pele. Esta é uma crença *prima facie* racista, mas é possível que esteja de acordo com a evidência estatística que o membro do clube possuía — neste caso, todos os membros do clube que o sujeito já viu eram brancos, e todos os trabalhadores do clube eram negros. Se esta for a interpretação correta do caso, estamos diante de uma crença imoral, mas epistemicamente racional. Teorias não-tradicionais defendem que existe infiltração de padrões morais na racionalidade epistêmica. A infiltração moral é a visão de que fatores morais podem afetar o status epistêmico de uma crença, por exemplo, influenciando o limiar de evidência necessária para a crença racional. Esta ideia produz uma resposta natural ao desafio do conflito normativo: ele não existiria porque contextos morais tornam crenças imorais também epistemicamente irracionais, já que existe infiltração nos padrões evidenciais. Neste artigo, defenderei que crenças imorais não podem ser epistemicamente racionais, isto é, não pode existir conflito genuíno entre normatividade moral e epistêmica. Entretanto, isso não se deve ao fato de que existe infiltração moral na racionalidade epistêmica. Deve-se, sim, ao fato de que crenças imorais nunca respondem adequadamente à evidência (GARDINER, 2018). Crenças como a do membro do clube são, portanto, imorais porque insensíveis ao contexto moral e epistemicamente irracionais porque insensíveis à evidência disponível. Esta explicação é compatível com o purismo e, como é a opção teoricamente mais parcimoniosa, devemos adotar uma visão purista na epistemologia.

2 Normatividade moral e normatividade epistêmica das crenças

Além de serem verdadeiras ou falsas, crenças podem ser avaliadas também normativamente. Existem três domínios de avaliação de crenças que se destacam: o domínio da racionalidade prática, ou pragmático; o domínio da racionalidade epistêmica², ou epistêmico; e o da moralidade. Neste artigo, me concentrarei apenas na normatividade epistêmica e moral. Uma crença é *epistemicamente racional* quando é devidamente apoiada por evidência suficiente e é *moralmente adequada* quando sua formação e manutenção é sensível a características morais das situações relevantes.

² Estou usando racionalidade epistêmica e justificação epistêmica de maneira intercambiável.

Duas clarificações precisam ser feitas sobre essa distinção. A primeira é que estou assumindo uma forma de *evidencialismo* sobre justificação epistêmica, que é uma visão bastante popular na epistemologia.³ O evidencialismo é a visão de que a justificação epistêmica depende da qualidade da evidência que um sujeito possui (FELDMAN; CONEE, 1985). Existem versões mais fortes e mais fracas de evidencialismo: as versões mais fortes envolvem a ideia de que *tudo* que importa para a justificação epistêmica é a qualidade da evidência; já uma versão fraca apenas afirma que considerações evidenciais são parte essencial da racionalidade epistêmica, sem excluir de partida que outras considerações também possam se aplicar, ou seja, a evidência é necessária, mas não suficiente. Os argumentos deste artigo precisam apenas da versão fraca. A segunda tem a ver com o que significa uma crença ser imoral. Uma crença ser sensível a características morais significa que tanto o processo de formação da crença quanto o seu conteúdo refletem compreensão de dinâmicas morais envolvidas no contexto. Por exemplo, considere alguém que, ao ficar sabendo que um colega é parte de uma família judaica e forma, com base apenas nessa informação, a crença de que esta pessoa é extremamente gananciosa com respeito a questões financeiras. A formação e conteúdo dessa crença são insensíveis a diversas características sociais e morais da situação, como o fato de que existe uma narrativa antissemita que envolve caracterizar membros desse grupo como pessoas repletas de ganância e avareza. Este é um exemplo de crença imoral.

Existe discussão teórica sobre se crenças podem *em si* ser imorais. Isso acontece como resultado de duas suposições plausíveis: (i) crenças são formadas involuntariamente, isto é, estamos, de certa forma, reféns da evidência;⁴ (ii) apenas estados e ações com algum grau de controle voluntário podem ser alvo de avaliação moral. Alguém que aceita as duas afirmações pode se ver tentado a dizer que crenças

³ É importante ressaltar que podemos encontrar outros tipos de teoria da justificação na literatura. Um exemplo clássico de teoria não-evidencialista é o confiabilismo sobre justificação epistêmica, a visão de que crenças são justificadas quando formadas por processos confiáveis (GOLDMAN; BEDDOR, 2021; GOLDMAN, 1979). Naturalmente, uma discussão detalhada foge do escopo do texto.

⁴ Esta visão, o involuntarismo doxástico, é popular na epistemologia (ALSTON, 1989), mas possui oponentes, os defensores do voluntarismo doxástico (FREDERICK, 2013; VITZ, 2008). A discussão não é muito relevante para os presentes propósitos: a verdade do involuntarismo não é importante para os argumentos deste artigo; na verdade, ela parece dificultar a ideia de que uma crença possa ser imoral. Se o leitor achar que o voluntarismo é uma posição plausível, uma dificuldade já é automaticamente superada.

racistas, antissemitas, homofóbicas etc. não são *imorais*, embora ajudem a produzir comportamento imoral. Eu acredito que (i) e (ii) estão basicamente certas, mas entender (i) melhor nos permite explicar como uma crença pode ser imoral. Embora não tenhamos controle direto sobre quais crenças formamos, possuímos controle *indireto*. Isso significa que existem diversos mecanismos epistêmicos que podemos utilizar para evitar a formação de crenças que podem nos levar a comportamento imoral ou a outras crenças imorais. Por exemplo, o hábito de buscar fontes seguras e informadas, o costume de ouvir membros de grupos oprimidos, a disposição de pesquisar e obter informações sobre conflitos sociais relevantes são todos capazes de nos ajudar a formar boas crenças (tanto do ponto de vista epistêmico quanto do ponto de vista moral) e, por isso, indiretamente nos conferem algum grau de controle sobre a formação de crença imoral. Assim, mesmo aceitando (i) e (ii), podemos aceitar a existência de crenças imorais - o fenômeno da imoralidade das crenças também é parte do senso comum (basta pensar no exemplo da condenação moral de crenças racistas, misóginas ou preconceituosas de modo geral), o que é outro motivo para aceitar que o controle indireto permite a avaliação moral.

A visão tradicional sobre a relação entre as diferentes dimensões normativas é o *purismo*, segundo o qual a normatividade moral (e a pragmática, também) não afetam a epistêmica. Isto é, o fato de que uma crença é epistemicamente irracional se deve a considerações puramente epistêmicas como, por exemplo, sua inadequação à evidência disponível. A adequação moral de uma crença é irrelevante para seu status epistêmico. Dito isso, é natural que os dois tipos de normatividade costumem andar juntos. Isso porque a imoralidade das crenças é explicada através de um tipo de falta de compreensão de dinâmicas sociais, e essa falta de compreensão muitas vezes se deve a uma falta de evidências que também torna a crença irracional. Crenças imorais que são também irracionais são exatamente o que um purista na epistemologia espera que aconteça; e, em muitos casos, a irracionalidade é parte do que explica sua imoralidade. A relação não é, para o purista, no entanto, simétrica, já que o fato de que uma crença é imoral não a faz, *por definição*, irracional. Então, por hipótese, seria possível existir uma crença imoral que é completamente racional, o que seria uma espécie de aberração normativa, já que teríamos razões morais para não formar a crença enquanto

possuímos razões epistêmicas para formá-la. Na próxima seção, discuto o problema do conflito normativo.

3 Motivando a infiltração moral: o problema do conflito normativo

Vimos na seção passada que, normalmente, as crenças imorais são epistemicamente irracionais. Desta maneira, a normatividade epistêmica e a normatividade moral não entram em conflito. No entanto, existem casos, como este, adaptado de Gendler (2011), que parecem introduzir um conflito: Durante uma festa em um clube de prestígio, um dos membros é confundido por uma senhora com um trabalhador do clube. A explicação da confusão é que este é o único membro negro do clube (todos os outros membros são brancos), enquanto todos os trabalhadores do clube são negros. A crença da senhora foi baseada em uma generalização estatística.

É comum assumir que uma crença deste tipo é imoral e racista. Existem diferentes explicações dos motivos subjacentes: uso de evidência meramente estatística para fazer inferências sobre indivíduos fere a dignidade das pessoas; a formação de crenças como essa revela falta de compreensão de certas dinâmicas morais da sociedade, como o fato de que historicamente é mais difícil que pessoas negras possuam carreiras de status alto e, portanto, o tema é moralmente sensível; o fato de que formar crenças baseadas em visões negativas de grupos sociais socialmente oprimidas contribui para a manutenção da opressão; o fato de que os riscos de ofender o alvo da crença quando a crença é falsa são mais severos, entre outros (BASU, 2019, 2020; BASU; SCHROEDER, 2019; GARDINER, 2018). Vale a pena, também, lembrar que essa crença se assemelha à prática do *racial profiling*⁵. O senso comum também costuma condenar a formação de crenças deste tipo: a cantora Luisa Sonza, por exemplo, já se envolveu em uma controvérsia por ter tratado uma pessoa negra como trabalhadora de um resort, quando essa pessoa era uma cliente.⁶ Além de ser processada por isso, a reação geral do público foi condená-

⁵ Esta prática se resume a um tipo de discriminação de grupos raciais oprimidos que envolve realizar inferências sobre um indivíduo com base apenas em seu pertencimento a um grupo racial. Um exemplo central de *racial profiling* é a facilidade com que policiais assumem que uma pessoa negra está envolvida em atividade criminal.

⁶ A notícia pode ser encontrada em: <<https://www.estadao.com.br/emails/gente/luisa-sonza-e-alvo-de-processo-por-racismo-entenda/>>.

la por ter sido racista. Esse caso sugere que a moralidade do senso comum rejeita a formação de crenças assim.

Outro tipo de caso que sugere conflito entre deveres morais e deveres epistêmicos envolve relações interpessoais. Considere essa adaptação de Basu e Schroeder (2019): Imagine que você é um alcoólatra em recuperação. Após muito esforço, está há um ano sem beber e se orgulha muito dessa conquista. Certa noite, você comparece a uma festa na qual muitas pessoas estão bebendo e, ao voltar para casa, está com cheiro de álcool na roupa, mesmo que não tenha bebido. Sua esposa, ao verificar este fato, forma a crença de que você não manteve o autocontrole e acabou bebendo na festa. A crença foi baseada em evidências passadas sobre seu comportamento.

Intuitivamente, se esta crença é imoral, ela o é porque alguns tipos de relação interpessoal exigem que o agente assuma uma postura de confiança. Esse é um fenômeno chamado na literatura de *parcialidade epistêmica* (STROUD, 2006; GOLDBERG, 2019). Formar uma crença com conteúdo negativo sobre pessoas próximas de nós parece errado em muitos casos, e inclusive é comum que o alvo da crença se sinta injustiçado.

Repare que, embora imorais, não é imediatamente claro que estas crenças sejam *epistemicamente irracionais*. No caso da crença racista, a senhora usa evidência estatística para basear sua inferência de que a pessoa negra trabalha para o clube. A evidência em questão é bastante forte, no que diz respeito à probabilidade de a crença ser verdadeira. Isso também vale para o caso da crença sobre o parceiro alcoólatra em recuperação: dependendo da maneira em que o caso for descrito, é possível apontar para diversas peças evidenciais que apontam para a verdade da crença de que a pessoa perdeu o autocontrole — por exemplo, o fato de que geralmente é difícil obter recuperação, o fato de que é comum que deslizos ocorram em situações sociais como a que o parceiro frequentou etc.

Alguém poderia ressaltar que a evidência não garante a verdade da crença e, portanto, não a justifica. Entretanto, essa é uma restrição bastante severa e parece excluir boa parte da nossa racionalidade cotidiana. Este é o problema do *infallibilismo* na epistemologia — a visão de que justificação boa o suficiente para saber é, apenas, justificação que garante a verdade da crença. Se aceitamos um princípio tão restritivo, muitas crenças intuitivamente racionais são consideradas

irracionais, e parece ser difícil encontrar fundamentos para a justificação de crenças baseadas, por exemplo, na percepção. Mas, se esse é o caso, quer dizer, se essas crenças são imorais mas epistemicamente racionais, temos um conflito entre a normatividade epistêmica e a normatividade moral. O que significa que a moralidade exige que não formemos a crença enquanto a racionalidade epistêmica nos diz para formar a crença, o que é estranho, já que ambas deveriam ter algum tipo de autoridade sobre seus domínios. Outra preocupação é que é difícil entender o que há de errado com uma crença que é epistemicamente racional. Por isso, uma via de resposta é dizer que estas crenças não são realmente imorais. Se uma crença não pode ser criticada do ponto de vista epistêmico, então não podemos criticá-la moralmente, também. Outra via é estabelecer um tipo de “prioridade moral”, dizendo que quando os dois domínios conflitam, devemos escolher a moralidade e ser epistemicamente irracionais (Cf. BASU, 2020). Enxergo as duas opções como indesejáveis, porque a primeira permite que uma crença ignore características morais de uma situação e, ainda assim, não ser imoral; já a segunda é um padrão normativo que nos exige irracionalidade epistêmica, o que é difícil de aceitar, já que derrotaria, em certo sentido, a autoridade normativa da racionalidade epistêmica.

Acredito que as melhores opções envolvem tratar as crenças como *imorais* e *epistemicamente irracionais*. Uma delas é assumir que a relação entre normatividade moral e epistêmica é impura, isto é, que o domínio moral pode influenciar o epistêmico. Uma das formas populares de impurismo é a *infiltração moral*. Segundo esta visão, fatores morais podem influenciar o status epistêmico de uma crença. A versão de infiltração moral de Basu e Schroeder (2019), por exemplo, envolve a ideia de que, quando uma crença envolve contextos morais, existe um *risco* de dano. Isso aumenta os *stakes* da crença, o que faz com que o limiar da justificação epistêmica suba (isto é, o sujeito precisa de mais evidência para justificar sua crença do que precisaria em casos que não envolvem contextos morais). Assim, em um caso de conflito como acima, a evidência estatística do agente não é suficiente para que a crença seja racional, já que a crença, quando falsa, pode causar dano através de ofensas e contribuir para sistemas de discriminação mais gerais. Note que, se contextos morais podem modificar relações de suporte evidencial, então a normatividade moral está influenciando status epistêmico de

crenças, já que uma crença que seria justificada em um contexto não moral se torna irracional.

A figura da normatividade proposta por Basu e Schroeder é uma em que a normatividade epistêmica e a normatividade moral andam, de certa forma, juntas. Isso porque quando uma crença possui conteúdo moral forte, o limiar da justificação cresce junto, o que torna as crenças imorais praticamente impossíveis de serem justificadas para um agente. Desta forma, o problema do conflito desaparece, e temos uma visão da normatividade segundo a qual é impossível uma crença imoral ser epistemicamente racional. No entanto, a infiltração moral tem custos teóricos altos. Existem muitas questões para serem resolvidas dentro da teoria, que envolvem:

(i) Em alguns casos, parece que o limiar da justificação, se deve mudar, deveria descer quando os *stakes* morais são altos. Segundo a infiltração moral, o limiar de evidência necessária para crença racional sobe quando a crença tem conteúdo e impacto moral forte. Uma consequência problemática disso é que a formação de crenças racionais sobre casos de importância moral nos quais é difícil obter evidência fica muito dificultada (GARDINER, 2018). Considere o caso das acusações de abuso sexual. Uma acusação desse tipo tem carga moral forte e *stakes* morais altíssimos. No entanto, parece que o limiar de evidência não deveria aumentar, porque isso tornaria mais difícil acreditar no testemunho das vítimas, que frequentemente é a única ou principal forma de evidência disponível nesses casos. Mesmo nos casos em que é possível buscar mais evidência, é fato que a infiltração moral dificulta a racionalidade de acreditar nas vítimas, o que é problemático (GARDINER, manuscrito).

Além da moralidade de acreditar em acusações deste tipo, a infiltração moral parece também muitas vezes tornar imoral e irracional a formação de crenças negativas sobre pessoas próximas a nós. Assim, fica mais difícil perceber dinâmicas abusivas e negativas em nossas próprias relações sociais, já que precisamos de um nível maior de evidência para formar crenças racionais deste tipo. Considere, por exemplo, os casos de casamento, amizade e relações familiares abusivas. As vítimas seriam moralmente e epistemicamente aconselhadas a coletar bastante evidência antes de formar opiniões sobre suas próprias relações, o que aumentaria a duração das dinâmicas abusivas e dificultaria sua dissolução.

Isto tudo seria estranho e dificultaria bastante a formação de crenças sobre questões morais - ganhando, talvez, a consequência de que deveríamos suspender o juízo sobre diversas questões morais importantes na sociedade, porque precisaríamos de uma quantidade impraticável de evidência para crer racionalmente, por exemplo, na existência de formas sutis de discriminação contra grupos oprimidos ou que pessoas próximas a nós podem possuir comportamentos imorais. Uma vantagem do purismo é possibilitar o entendimento da evidência de maneiras que levam dinâmicas sociais em consideração, porque elas mesmo podem ser evidência, nos dando a opção de explicar em termos puramente evidenciais porque é racional acreditar não apenas na sinceridade, mas também o conteúdo do testemunho de vítimas de abuso sexual, por exemplo. Em vez de mudar o limiar de evidência da crença racional, aceitamos o testemunho e unimos essa informação à evidência de ordem superior que possuímos de que casos como esse são frequentemente pouco reportados, são acobertados, de que testemunhos falsos de vítimas são, por razões psicológicas e sociais, muito raros etc.

Um defensor da infiltração moral poderia responder que, em casos como esse, o limiar de evidência *diminui*, em vez de aumentar. Assim, a racionalidade epistêmica continua impura, porque fatores morais impactam o status epistêmico de crenças, mas não fica mais difícil crer nas vítimas: fica mais fácil (BASU, 2019, 2020). No entanto, é difícil que exista um padrão ou norma que explique quando o limiar sobe e quando o limiar desce; e como aponta Gardiner (manuscrito), diversas maneiras de considerar o conteúdo moral de uma crença nos trazem considerações para subir o limiar enquanto outras trazem razões para diminuir o limiar — considere, por exemplo, que qualquer caso de acusação de falta moral grave pode envolver altos riscos para acusador e acusado.

(ii) A crença imoral é realmente racional segundo padrões puristas? Esta objeção está relacionada à resposta purista ao problema do conflito que será explorada na próxima seção. A principal motivação para rejeitar o purismo e adotar a infiltração moral é que o purismo daria origem ao problema do conflito por considerar algumas crenças imorais como epistemicamente racionais. No entanto, se um purista puder encontrar problemas epistêmicos com o raciocínio por trás dessas crenças, parece que aceitar a infiltração moral é desnecessário. Expandindo esse argumento na próxima seção.

(iii) Alguém poderia crer justificadamente que p , mas ganhar evidência adicional para p e descobrir que é uma questão moral, o que tornaria a crença injustificada. Mas é estranho que a evidência adicional torne uma crença injustificada só porque ganhamos a informação contextual de que é uma crença com características morais. É importante separar esse fenômeno de algo mais conhecido que é a obtenção de evidência derrotadora da minha crença. Evidência que aponta para a falsidade de p pode tornar minha crença em p injustificada. No caso de crenças com conteúdo moral, é comum que isso aconteça com a obtenção de informações sobre a história, cultura e dinâmica de grupos sociais, ou evidência de ordem superior sobre vieses comuns no raciocínio sobre certos assuntos. O problema para a infiltração moral é que eu posso perder minha justificação para crer em p sem obter evidência que aponte para a falsidade de p ou que aponte algum potencial problema com meu raciocínio sobre p . Mesmo se eu obtiver evidência que confirma minha crença, se essa informação sobre os *stakes* morais demais, o limiar da justificação pode ficar quase inalcançável.

Assim, acredito que a infiltração moral é uma alternativa para resolver o conflito que deve ser escolhida apenas se não tivermos teorias mais simples capazes de dar conta do fenômeno. Na próxima seção, explicarei uma maneira purista de resolver o problema do conflito, que também envolve dizer que as crenças relevantes são imorais e epistemicamente irracionais, mas que não assume que a normatividade moral se infiltra no epistêmico.

4 Uma solução purista para o problema do conflito

Adotar a infiltração moral é uma maneira de resolver o problema do conflito normativo. No entanto, como foi argumentado na seção anterior, esta visão tem custos teóricos altos e diversos outros problemas conceituais. Se outra solução para o problema estiver disponível, e puder evitar esses pontos negativos, ela seria preferível. O que sugiro aqui é uma solução *purista*, largamente inspirada em considerações de Gardiner (2018). A ideia geral é que o conflito não existe porque as crenças imorais são sempre epistemicamente injustificadas. Para que este *approach* funcione, é preciso mostrar onde a evidência disponível nos casos propostos de conflito é insuficiente.

Como Gardiner (2018) sugere, em muitos casos deste tipo, os sujeitos se concentram em diferentes tipos de evidência estatística e demográfica que são inadequados naquele contexto de crença. No caso inspirado em Gendler, por exemplo, podemos argumentar que o agente está desconsiderando tipos de evidência facilmente disponíveis que são mais relevantes para a formação da crença. A título de ilustração, a observação do uniforme da pessoa, sua aparente idade, e seu comportamento — por exemplo, se está atendendo pessoas no clube — são mais relevantes que a evidência estatística baseada no pertencimento a um grupo racial. Evidência deste tipo apoiaria melhor a conclusão de que alguém é trabalhador do clube. É uma distorção cognitiva e epistêmica basear uma crença somente em evidência estatística demográfica, ignorando o resto das informações disponíveis. Por isso, não existe conflito genuíno: crenças como esta são imorais, porque são racistas, e epistemicamente irracionais, porque não respondem adequadamente à evidência disponível.

O que pode ser dito dos casos de parcialidade epistêmica, como os que envolvem formar crenças negativas sobre pessoas próximas? Em primeiro lugar, a imoralidade desses casos é bem mais controversa, já que dependendo do nível de evidência disponível, ninguém condenaria alguém por formar uma crença negativa sobre uma pessoa amada. Na verdade, um desvio muito grande dos fatores que tornam uma crença provavelmente verdadeira seria desaconselhado, pois acabaríamos muitas vezes crendo falsamente sobre pessoas que são importantes para nossa vida, o que parece um erro moral — afinal, supõe-se que temos que saber fatos sobre estas pessoas para fazer adequadamente parte de suas vidas.

No entanto, mesmo assumindo que em alguns casos de aparente racionalidade as crenças formadas são imorais, existem maneiras de explicar o fenômeno da nossa aparente parcialidade epistêmica sem adotar a infiltração moral. Como Goldberg (2019) sugere, a natureza das relações sociais nos fornece razão epistêmica para adotar uma postura “parcial”, de certa forma, para com as pessoas próximas de nós. Isso porque a estrutura dessas relações nos dá razões-que-refletem-valores [*value-reflecting reasons*], isto é, razões que temos para crer que pessoas próximas possuem, por sua vez, razões práticas para agir de acordo com as normas daquela relação — o que costuma envolver sinceridade, honestidade, preocupação com o outro, comprometimento grande com suas promessas. Essas

razões podem justificar a formação de crenças geralmente mais positivas sobre pessoas próximas sem implicar algum tipo de conflito entre as normas morais dessas relações interpessoais e as normas epistêmicas puristas. Não precisamos postular a existência de uma parcialidade epistêmica, necessariamente; basta mostrar como a natureza das normas morais das relações interpessoais nos fornece razões epistêmicas. Nos casos em que formamos crenças imorais elas o são por ignorar alguma faceta moral do contexto relevante. Quando pensamos em crenças formadas sobre pessoas próximas, essas características morais são também evidências, como é o caso das razões-que-refletem-valores.

Conclusão

A discussão nos deixa na seguinte posição: ao entender melhor as características morais e epistêmicas nos contextos relevantes de formação de crença, podemos ver que não existe motivação suficiente para adotar a infiltração moral como resposta ao problema do conflito. O purismo é capaz de explicar o fenômeno, mostrando como o conflito não acontece de fato, porque todas as crenças imorais são também irracionais. Acho que esta teoria também estabelece uma ligação interessante entre o que faz uma crença ser imoral, que é a falta de compreensão de algum contexto moralmente carregado, e o que faz uma crença ser irracional, que é a má consideração da evidência. Além disso, a infiltração moral possui uma série de problemas teóricos, como implicações moralmente e epistemicamente problemáticas, que o purismo não apresenta. Portanto, é preferível ser purista em epistemologia.

Referências

ALSTON, W. P. *Epistemic Justification: Essays in the Theory of Knowledge*. [s.l.] Cornell University Press, 1989.

BASU, R. The wrongs of racist beliefs. *Philosophical Studies*, v. 176, n. 9, p. 2497–2515, 2019.

BASU, R. The Specter of Normative Conflict: Does Fairness Require Inaccuracy? Em: BEEGHLY, E.; MADVA, A. (Eds.). *An Introduction to Implicit Bias: Knowledge, Justice, and the Social Mind*. [s.l.] Routledge, 2020. p. 191–210.

BASU, R. A Tale of Two Doctrines: Moral Encroachment and Doxastic Wronging. Em: LACKEY, J. (Ed.). *Applied Epistemology*. [s.l.] Oxford University Press, 2021. p. 99–118.

BASU, R. Morality of Belief I: How Beliefs Wrong. *Philosophy Compass*, n. 7, p. 1–10, 2023.

BASU, R.; SCHROEDER, M. Doxastic Wronging. Em: KIM, B.; MCGRATH, M. (Eds.). *Pragmatic Encroachment in Epistemology*. [s.l.] Routledge, 2019. p. 181–205.

BOLINGER, R. J. The rational impermissibility of accepting (some) racial generalizations. *Synthese*, v. 197, n. 6, p. 2415–2431, 2020a.

BOLINGER, R. J. Varieties of Moral Encroachment. *Philosophical Perspectives*, v. 34, n. 1, p. 5–26, 2020b.

BUCHAK, L. Belief, credence, and norms. *Philosophical Studies*, v. 169, n. 2, p. 1–27, 2014.

ENOCH, D.; SPECTRE, L. There is no such thing as doxastic wrongdoing. *Philosophical Perspectives*, forthcoming.

FELDMAN, R.; CONEE, E. Evidentialism. *Philosophical Studies*, v. 48, n. 1, p. 15–34, jul. 1985.

FREDERICK, D. Doxastic Voluntarism: A Sceptical Defence. *International Journal for the Study of Skepticism*, v. 3, n. 1, p. 24–44, 2013.

GARDINER, G. Evidentialism and Moral Encroachment. Em: KEVIN, M. (Ed.). *Believing in Accordance with the Evidence*. [s.l.] Springer Verlag, 2018.

GENDLER, T. S. On the epistemic costs of implicit bias. *Philosophical Studies*, v. 156, n. 1, p. 33–63, 2011.

GOLDBERG, S. C. Against epistemic partiality in friendship: value-reflecting reasons. *Philosophical Studies*, v. 176, n. 8, p. 2221–2242, ago. 2019.

GOLDMAN, A.; BEDDOR, B. Reliabilist Epistemology. Em: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [s.l.: s.n.].

GOLDMAN, A. I. What is Justified Belief? Em: PAPPAS, G. (Ed.). *Justification and Knowledge*. [s.l.] D. Reidel, 1979. p. 1–25.

JACKSON, E.; FRITZ, J. Belief, Credence, and Moral Encroachment. *Synthese*, v. 199, n. 1–2, p. 1387–1408, 2021.

Luísa Sonza é alvo de processo por racismo; entenda. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/emails/gente/luisa-sonza-e-alvo-de-processo-por-racismo-entenda/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SCHROEDER, M. When Beliefs Wrong. *Philosophical Topics*, v. 46, n. 1, p. 115–127, 2018.

STROUD, S. Epistemic Partiality in Friendship. *Ethics*, v. 116, n. 3, p. 498–524, abr. 2006.

VITZ, R. Doxastic voluntarism. Em: UNKNOWN, U. (Ed.). *Internet Encyclopedia of Philosophy*. [s.l.: s.n.].

Recebido em: 29 /08/2023.

Aprovado em: 01/11/2023.

Publicado em: 09/11/2023.